

RESOLUÇÃO Nº 05/2022/CC-SJ

São José, 20 de maio de 2022.

O presidente do Colegiado do Câmpus São José, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 2360, de 19 de agosto de 2021 (DOU nº 158 de 20 de agosto de 2021), do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC,

Considerando o calendário de reuniões do CEPE de 2022;

Considerando que a data limite para submissão de cursos e matéria para apreciação na reunião do CEPE do mês de junho é de 20/05/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum*, a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores do Câmpus São José.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Publique-se e
Cumpra-se.

TIAGO SEMPREBOM
Presidente do Colegiado do Câmpus São José - IFSC



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC
CÂMPUS SÃO JOSÉ

**ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AMBIENTAL COM ÊNFASE NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**
Lato Sensu

São José, maio de 2022.



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC
CÂMPUS SÃO JOSÉ

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Lato Sensu

Elaboração:

Paulo Henrique Amorim (Coordenador)

Giselia Antunes Pereira

Gustavo Gaciba da Silva

Joce Mary Mello Giotto

Madeline Odete Silva Correa

Manuel Sebastián Rebollo Couto

Maria Leda Costa Silveira

Paula Alves de Aguiar

Vinicius Jacques

São José, maio de 2022.

SUMÁRIO

1 DADOS DA IES	4
1.1 Mantenedora	4
1.2 Mantida – Câmpus Proponente	4
1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta	4
1.4 Contextualização da IES	4
2 DADOS DO CURSO	6
2.1 Requisitos Legais	6
2.2 Parceria externa para a realização do curso	6
2.3 Dados para preenchimento do certificado	7
3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO	7
3.1 Justificativa da oferta do curso	7
3.2 Objetivos do curso	8
3.3 Contribuições para o egresso	8
3.4 Público alvo	9
3.5 Ingresso no curso	9
3.6 Desligamento do discente	9
3.7 Critérios de reingresso	9
4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	10
4.1 Metodologia	10
4.2 Matriz Curricular	11
4.3 Componentes curriculares	11
4.4 Atividades complementares	16
4.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem	16
4.6 Trabalho de Conclusão de Curso	17
4.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD)	18
4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente	18
4.9 Incentivo à pesquisa, à extensão e à produção científica e tecnológica	18
5 CORPO DOCENTE	19
5.1 Coordenador do Curso	19
5.2 Corpo Docente	19
5.3 Colegiado do Curso	20
6 INFRAESTRUTURA FÍSICA	20
6.1 Instalações gerais e equipamentos	20
6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD)	21
6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)	21
6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD)	21
6.5 Biblioteca	21
7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	22
7.1 Colegiado do Curso	22
8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO	22
9 REFERÊNCIAS	23

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Mariz Curricular do Curso	11
Tabela 2: Corpo Docente do Curso	19
Tabela 3: Infraestrutura do IFSC - Câmpus São José.	21

1 DADOS DA IES

1.1 Mantenedora

Nome da Mantenedora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Endereço: Rua 14 de Julho **Número:** 150
Bairro: Coqueiros **Cidade:** Florianópolis **Estado:** SC
CEP: 88075 - 010 **CNPJ:** 11.402.887/0001-60
Telefone(s): (48) 3877-9000
Ato Legal: Lei 11.892/2008
Endereço WEB: www.ifsc.edu.br
Reitor(a): Maurício Gariba Júnior

1.2 Mantida – Câmpus Proponente

Nome da Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus São José
Endereço: Rua José Lino Kretzer **Número:** 608
Bairro: Praia Comprida **Cidade:** São José **Estado:** SC
CEP: 88103-310 **CNPJ:** 81.531.428/0001-62
Telefone(s): (48) 3381-2800
Ato Legal: Lei 11.892/2008
Endereço WEB: www.sj.ifsc.edu.br
Diretor Geral: Tiago Semprebom

1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta

Nome: João Carlos Bez Batti Email: joao.carlos@ifsc.edu.br Fone: (48) 3381-2840
Nome: Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim Email: geopaulo@ifsc.edu.br Fone: (48) 3381-2800

1.4 Contextualização da IES

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Com a missão de promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural, o IFSC busca ser uma instituição de excelência fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A instituição tem um longo histórico que remonta à sua criação como Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina, em 1909. Seu objetivo era proporcionar formação profissional a jovens de classes socioeconômicas menos favorecidas.

Em 1937, a instituição mudou de nome e status, para Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde, transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos e cursos aos candidatos à profissão de mestre.

O nome e o status da instituição mudaram novamente em 1965, passando para Escola Industrial Federal de Santa Catarina e, a partir de 1968, para Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC).

Nas décadas de 1970 e 1980, a então ETF-SC implantou diversos cursos, como os de Estradas, Saneamento, Eletrônica, Eletrotécnica, Telecomunicações e Refrigeração e Ar Condicionado, motivados principalmente pelo “milagre brasileiro”, que fomentou o uso da tecnologia para o desenvolvimento econômico.

Uma das escolas inauguradas foi a Unidade de Ensino Descentralizada de São José da ETF-SC, fundada em 1988.

O município de São José, situado na Região Metropolitana de Florianópolis, possui atualmente uma população estimada em 230 mil habitantes, sendo o quarto município mais populoso do estado.

A base de sustentação da economia do município está fundamentada no comércio, indústria e atividade de prestação de serviços. No setor industrial, destacam-se os segmentos das Telecomunicações e da Refrigeração/Climatização, que fomentam atividades de comércio e prestação de serviços nessas áreas.

Neste contexto, a unidade São José iniciou suas atividades com a oferta dos cursos de Telecomunicações e de Refrigeração e Ar Condicionado, em um prédio cedido pela prefeitura. Três anos depois, a instituição inaugurou a Unidade São José, em instalações próprias. Foi a primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital catarinense.

Na época, a unidade já se destacava pelo dinamismo pedagógico e pela vivência democrática, com a participação coletiva dos servidores e estudantes nas decisões sobre os rumos da escola.

Com base nas necessidades sociais e econômicas da região, a unidade de São José começou em 1998 a ofertar os primeiros cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio, além de ministrar um curso de Ensino Médio não profissionalizante.

Em 2002, a ETF-SC se transformou em CEFET-SC e começou a oferecer cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu* (especialização). Em São José, passou a ser ofertado à comunidade o Curso Superior de Tecnologia em Telecomunicações, em 2004.

Mais tarde, em 2008, a Lei 11.892/2008 implantou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais são instituições de educação básica, profissional e superior distribuídas por vários câmpus. Especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, também têm forte inserção na área de pesquisa e extensão.

Com esse novo status, o câmpus São José passou a ofertar em 2009 o Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Química e, mais recentemente, o curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações.

O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Química passou por um processo de reestruturação e em 2015 passou a ser ofertado o Curso de Licenciatura em Química.

Em 2016, o câmpus São José passou a ofertar também o Curso de Formação Inicial em Operador de Computador Proeja Ensino Médio, ampliando suas modalidades de ensino para atender a Educação de Jovens e Adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria.

Ao longo de todo este histórico, o câmpus São José procurou inteirar-se das características e condições de trabalho presentes na microrregião e nelas envolver-se.

A instituição direciona sua atuação/intervenção para a necessária qualidade na formação dos profissionais que capacita, assim como procura estruturar o perfil dos profissionais em função das necessidades e carências do mundo do trabalho que circunda a Instituição.

A atualização e modernização da Instituição se efetivam pelas mudanças curriculares nos cursos existentes e na ampliação de novos cursos. É nesta perspectiva que se insere a oferta do Curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores.

A opção por esta modalidade de oferta de curso se deve à conjuntura de diversos fatores, dentre os quais se destaca:

- Consultas às necessidades de demandas das secretarias de Educação dos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça e da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina;
- Ampliação do itinerário formativo do câmpus (graduação – especialização);
- Estímulo de pesquisa na área de formação docente;
- Experiência adquirida com as ofertas dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de: Formação Continuada em Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental Crítica I e Formação Continuada em Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental Crítica II;
- Possibilidade de articulação direta, assim como a participação no grupo de pesquisa do Câmpus relacionado a temática ambiental, além dos projetos de ensino e extensão relacionados a este tema.
- Infraestrutura atual do Câmpus adequada à oferta deste curso.
- Disponibilidade de quadro de docentes no Câmpus, para a oferta deste curso.

Portanto, a escolha buscará atender parte das necessidades de demandas apresentadas pelas secretarias consultadas a partir do quadro de docentes do Câmpus e estrutura física disponível. O curso oportunizará ainda uma possibilidade de itinerário formativo aos estudantes egressos das licenciaturas do IFSC e demais instituições que atuam na formação inicial de professores.

2 DADOS DO CURSO

Nome do curso: Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores

Modalidade: Presencial

Área: Educação

Carga Horária: 360 h (componentes curriculares) e 60 h (TCC)

Periodicidade: anual

Período: 18 meses

Número de vagas: 32

Horário e frequência das aulas: Aulas semanais distribuídas da seguinte forma:

Sexta-feira - das 13h30min às 17h30min e das 18h30min às 22h30min.

2.1 Requisitos Legais

Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização.

Resolução CEPE/IFSC nº 48, de 12 de junho de 2018, alterada pela resolução CEPE/IFSC Nº 52 de 16 de julho de 2021 - estabelece diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

Resolução CEPE nº 21 de 07 de abril de 2022, que aprova a alteração das diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Santa Catarina..

2.2 Parceria externa para a realização do curso

Não se aplica.

2.3 Dados para preenchimento do certificado

Titulação: Especialista em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores.

Legislação: Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007; Resolução CEPE/IFSC nº 48, de 12 de junho de 2018, alterada pela resolução CEPE/IFSC Nº 52 de 16 de julho de 2021 - estabelece diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Justificativa da oferta do curso

Durante a trajetória do Grupo de Trabalho que pensou a criação deste curso, várias questões precisaram ser respondidas, dentre as quais, como primordiais estavam: Qual o nível do curso? Qual a área do curso? Qual a modalidade do curso?

Aos poucos, com o andamento dos encontros do grupo, a proposta foi se desenhando e, dentre outros fatores que nortearam a proposta aqui apresentada, convém destacar a base legal garantida pelo Decreto nº6095 de 24/04/2007 – o qual estabelece diretrizes para a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional. – E a Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – a qual institui os Institutos Federais e estabelece o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica visando a formação de professores para a educação básica.

O grupo de trabalho que desenvolveu esta proposta pertence à Área de Cultura Geral, área esta que implantou e compõe o corpo docente do curso de Licenciatura em Química. E, pensando no itinerário formativo dos egressos deste curso, nasceu a ideia de criar um curso de pós-graduação, para atender entre outros, esse fim.

Buscando também verificar a necessidade de um curso de pós-graduação para um público docente do entorno geográfico do Câmpus São José do IFSC, o grupo de trabalho realizou encontros com as secretarias municipais dos municípios de São José e circunvizinhos, bem como com a Secretaria Estadual de Educação. Após reuniões individuais com responsáveis pelas secretarias, os mesmos foram reunidos em conjunto no nosso câmpus a fim de apresentarem suas necessidades quanto à formação de professores. Todas as Secretarias deram retorno positivo à proposta de oferta de curso de pós-graduação e sinalizaram a carência de grande parte dos professores da Educação Básica por cursos deste nível com oferta gratuita e de qualidade, conforme documentado na reportagem de 26 de fevereiro de 2016, do informativo do IFSC¹.

Ao encontro dessa necessidade vem o corpo docente da Área de Cultura Geral do Câmpus, formado quase que em sua totalidade por Mestres e Doutores, dentre os quais em áreas afins à educação ambiental.

Cumprir destacar outros dois fatos que vieram a reforçar a escolha da área de educação ambiental: a oferta de um curso FIC nesta área – Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental Crítica, no câmpus São José, nos anos de 2014 e 2015 – o qual atraiu fortemente a participação de professores da Educação Básica – e a formação do grupo de pesquisa NEETA (Núcleo de Estudos em Educação, Tecnologia e Ambiente) no ano 2015.

¹ Link da reportagem:

<http://linkdigital.ifsc.edu.br/2016/02/25/grupo-do-campus-sao-jose-estuda-nova-oferta-para-formacao-de-formadores/>

Sendo assim, estavam respondidas as duas primeiras questões: vamos oferecer uma especialização *Lato Sensu*, na área de Educação Ambiental, com ênfase em Formação de Professores.

Considerando a possível troca de experiências entre os profissionais da educação com tempo de atuação na Educação Básica e os licenciados recém-formados, grupos que compõem a demanda para as turmas do curso, optou-se por oferecer um curso na modalidade presencial. Todavia, pensando também na grande demanda de trabalho dos professores já atuantes na Educação Básica, será destinada uma parte da carga horária de cada Componente Curricular (vinte por cento) para execução de tarefas na modalidade à distância.

Respondidas as três questões básicas, pensou-se em componentes curriculares que contribuam com a formação do professor na área de educação ambiental, de forma a possibilitar um maior aprofundamento nas questões ligadas ao meio ambiente, sem perder sua identidade de educador e contribuindo com mudanças no cenário atual das escolas e na consciência ecológica de seus estudantes.

3.2 Objetivos do curso

Objetivo Geral:

Oferecer aos profissionais da educação, capacitação em nível de especialização, na área de educação ambiental, buscando contribuir na formação de sujeitos socioambientalmente responsáveis.

Objetivos Específicos:

- Oportunizar aos profissionais de espaços educativos formais e não formais, o contato com pesquisas em educação ambiental.
- Propiciar um espaço de discussão e aperfeiçoamento profissional por meio da educação continuada e permanente.
- Promover o ensino interdisciplinar e contextualizado da educação ambiental.
- Fomentar a formação do professor crítico e reflexivo, capaz de interpretar o ambiente a partir de conhecimentos em educação ambiental.
- Proporcionar o contato com diferentes metodologias didático pedagógicas no âmbito da educação ambiental.
- Contribuir na reflexão do conhecimento socioambiental para aplicá-lo no âmbito de atuação local, regional e nacional.
- Fomentar a elaboração de projetos de intervenção em educação ambiental, bem como a socialização e divulgação dos resultados das pesquisas produzidas.

3.3 Contribuições para o egresso

Ao final deste curso, o egresso terá vivenciado experiências que lhe permitirão ampliar a visão interdisciplinar de questões relacionadas ao ambiente e promover debates sobre a questão ambiental de modo crítico e reflexivo. Espera-se que o egresso seja capaz de ir além do conservacionismo, abrangendo em suas discussões assuntos como desenvolvimento, sustentabilidade e responsabilidade social.

Metodologias didático-pedagógicas exploradas neste curso deverão permitir que o educador melhore a capacidade de fazer transposições didáticas, conciliando o saber construído em iniciativas de pesquisa ambiental com os interesses, anseios e necessidades de seu público, tanto em espaços formais quanto em espaços não formais de educação.

3.4 Público alvo

As vagas são destinadas a pedagogos e licenciados.

3.5 Ingresso no curso

A seleção dos candidatos que cumprirem o requisito de ingresso será feita por sorteio. As regras do sorteio serão determinadas no edital de ingresso.

Será possibilitada a matrícula de alunos especiais nos componentes curriculares, exceto em “Trabalho de Conclusão de Curso”, não excedendo dois componentes curriculares no total, conforme Art. 22 da Resolução nº24/CONSUP/IFSC, de 23 de outubro de 2019.

3.6 Desligamento do discente

O cancelamento de matrícula é a perda do vínculo do estudante com o curso, que poderá ocorrer tanto por iniciativa do estudante quanto da instituição.

O cancelamento de matrícula por iniciativa do estudante será realizado a qualquer tempo, mediante requerimento específico protocolado à Coordenadoria de Registro Acadêmico.

- O estudante anexará os documentos previstos no formulário correspondente.
- A apreciação do requerimento de cancelamento será realizada pela Coordenadoria de Curso, que, caso julgue necessário, poderá solicitar parecer da Coordenadoria Pedagógica.

O cancelamento de matrícula de estudante por iniciativa do IFSC poderá ocorrer:

- I. por substituição de outro candidato aprovado quando o estudante da fase inicial do curso deixar de comparecer a todas as aulas das duas primeiras semanas letivas, sem justificativa, ou a qualquer tempo, enquanto for possível chamar outro candidato para ocupar a vaga;
- II. por abandono, a qualquer tempo, quando o estudante deixar de comparecer duas semanas letivas consecutivas sem justificativa, desde que excluídas as possibilidades do inciso anterior;
- III. por desistência, quando o estudante não fizer sua rematrícula, conforme as especificações deste documento, ou não apresentar o TCC, conforme o prazo estipulado neste documento.
- IV. por falta de documentação comprobatória ou descumprimento de outros itens do termo de matrícula condicional, estabelecidos em edital de ingresso;
- V. por transgressão disciplinar grave ou infrações reincidentes aos dispositivos desse documento e do código de ética do estudante;
- VI. por falecimento do estudante.

Compete ao Núcleo Pedagógico, em parceria com a Coordenadoria de Curso ou Área, acompanhar a frequência e informar à Coordenadoria de Registro Acadêmico as matrículas que devem ser canceladas.

O cancelamento por transgressão disciplinar será avaliado e deliberado por uma comissão composta por Direção ou Chefia de Ensino, Coordenadoria de Curso e Coordenadoria Pedagógica.

O discente que não concluir o curso até o período de integralização previsto neste PPC, incluindo o TCC, terá sua matrícula cancelada, por expiração do prazo máximo de integralização.

3.7 Critérios de reingresso

O reingresso de estudante com matrícula trancada ou cancelada, será realizado mediante solicitação formal à Coordenadoria de curso, dentro do prazo estabelecido no calendário acadêmico. O deferimento do reingresso está condicionado à existência de vaga e à adaptação curricular necessária, quando for o caso, conforme previsto no Regulamento Didático-Pedagógico do IFSC. O reingresso não se aplica a alunos com matrículas canceladas no primeiro semestre ou por transgressão disciplinar.

4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

4.1 Metodologia

Ao se conceber o currículo, é necessário primeiramente pensar o sujeito a quem ele se destina, bem como a forma como esse sujeito aprende. Isto porque é no currículo que se expressa a intencionalidade pedagógica, assim como o compromisso ideológico da educação. Partindo-se desse pressuposto, assume-se a posição de que o currículo não é neutro e que através do seu desenvolvimento, no âmbito de todo processo pedagógico, preza-se pela conscientização política e ambiental dos sujeitos da aprendizagem. Considera-se que os sujeitos da aprendizagem são seres inscritos em um dado contexto sócio-histórico e se constituem por meio de diversas interações acadêmicas e profissionais.

Nesse contexto, ancorado pelo princípio da aprendizagem dialógica, educadores e educandos estudam, aprofundam, refletem e se apropriam das questões da educação ambiental, partindo das leituras de mundo que cada um traz das suas vivências. O princípio de aprendizagem deve qualificar a formação nas perspectivas Libertadora e Histórico-crítica da educação para promover a transformação de hábitos e práticas sociais. Como consequência desses caminhos pedagógicos, pretende-se construir uma cultura de educação ambiental que mobilize coletivamente os sujeitos da aprendizagem para as questões da tríade: educação, sustentabilidade e cidadania.

Essa demanda pela conscientização das questões ambientais exige um fortalecimento de visões e ações integradoras estimulando a reflexão em torno da construção de sentidos nas relações homem/natureza e consumo/meio ambiente. Para que essa discussão perpassasse o curso é preciso inseri-la numa visão crítica capaz de agregar relações entre as dimensões política, econômica e social face à interdependência das questões ambientais locais, regionais e globais.

A partir do século XX, os problemas ecológicos clamaram por um novo paradigma que viesse a substituir a visão compartimentada do conhecimento por um novo conhecimento que permita fazer a interseção de vários campos dos saberes, portanto interdisciplinar. Cabe à educação contribuir para a formação de pessoas capazes de se defrontarem com os problemas do seu ambiente cultural e natural, através de uma educação dinâmica e dialética numa perspectiva global dos problemas e das soluções a serem enfrentadas (GALLO, 2001).

Por isso, a abordagem emancipatória do campo da educação assumida neste projeto compartilha olhares de autores críticos como Freire (1987; 2002); Saviani (2012), Giroux (1997) e, no campo do meio ambiente, de pensadores como Leff (2010), Boff (2010), Georgescu-Roegen (2012), Reigota (2010), entre outros. Apoiadas nesses referenciais, as práticas docentes vivenciadas ao longo desta especialização estão abertas a diversas metodologias que permitem incluir atividades tais como oficinas, projetos de intervenção, práticas voltadas para educação ambiental, saídas de campo, estudos de caso, etc.

Os componentes curriculares obrigatórios do curso serão oferecidos em aulas semanais às sextas-feiras, perfazendo uma carga horária de 360 h/a. Todos os componentes terão 20% das suas cargas horárias com atividades não presenciais. Para a realização dessas atividades será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Além dos horários de aula, os estudantes poderão entrar em contato com os docentes em horários de atendimento paralelo divulgados no início de cada semestre letivo, bem como através de ferramentas eletrônicas (e-mail e AVA).

4.2 Matriz Curricular

Tabela 1: Mariz Curricular do Curso

Unidade Curricular		CH	Semestre
01	Panorama da Educação Ambiental no Brasil	45	
02	Fundamentos Epistemológicos da Educação	45	1º
03	Currículo e Educação Ambiental	45	
04	Práticas Educativas em Educação Ambiental	45	
05	Metodologia da Pesquisa em Educação	45	2º
06	Ciência, Tecnologia, Ambiente e Política	45	
07	Educação, Meio Ambiente e Saúde	45	
08	Seminário para Elaboração de TCC	45	3º
09	Trabalho de Conclusão de Curso	60	
Total		420	

CH: Carga Horária (horas). Com exceção do Trabalho de Conclusão de Curso, os demais componentes curriculares terão 45h, sendo 36h presenciais e 9h não presenciais.

4.3 Componentes curriculares

Unidade Curricular: Panorama da Educação Ambiental no Brasil	CH 45h
Objetivos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a trajetória da institucionalização da questão ambiental. • Identificar as origens da relação entre educação e questão ambiental a partir da segunda metade do século XX. • Reconhecer as diferentes tendências sobre educação ambiental presentes na sociedade brasileira. 	
Conteúdos:	
A formação da questão ambiental nas escalas nacional e internacional. O desenvolvimento do conceito de educação ambiental. As perspectivas teóricas sobre ambiente e sobre educação ambiental. A institucionalização da educação ambiental no Brasil. Os diferentes espaços da educação ambiental na sociedade brasileira.	
Bibliografia:	
<p>DENTZ, V. V. As tendências pós-críticas na pesquisa em educação: análise filosófica e crítica ontológica. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2015</p> <p>FLICKINGER, H. G. O ambiente epistemológico da educação ambiental. Educação & Realidade, Porto Alegre, n. 2, v. 19, jul./dez. 1994.</p> <p>GAMBOA, S. S. Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó, SC: Argos, 2012.</p> <p>GRÜN, M. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2011.</p> <p>LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>SAVIANI, D. Escola e Democracia. 41. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.</p> <p>_____. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação)</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia da Educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.</p>	

Unidade Curricular: Fundamentos epistemológicos da Educação	CH 45h
Objetivos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a história das perguntas e problemas filosóficos buscando envolvimento e aproximação com as questões da educação; • Analisar criticamente as teorias da educação, identificando os paradigmas científicos recorrentes, seus fundamentos epistemológicos e filosóficos (gnosiológicos e ontológicos); • Entender as questões éticas e filosóficas que fundamentam as propostas contemporâneas de educação ambiental; 	
Conteúdos:	

<p>História do pensamento filosófico e das ideias pedagógicas; Principais tendências e paradigmas teóricos na filosofia e na filosofia da educação; os giros epistemológicos; as teorias do conhecimento nas epistemologias modernas e contemporâneas; As concepções éticas que fundamentam os conhecimentos e as práticas em educação ambiental (ética planetária e ética ambiental);</p>
<p>Bibliografia: DENTZ, V. V. As tendências pós-críticas na pesquisa em educação: análise filosófica e crítica ontológica. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2015 FLICKINGER, H. G. O ambiente epistemológico da educação ambiental. Educação & Realidade, Porto Alegre, n. 2, v. 19, jul./dez. 1994. GAMBOA, S. S. Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó, SC: Argos, 2012. GRÜN, M. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. 14. ed. Campinas: Papirus, 2011. LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004. LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994. SAVIANI, D. Escola e Democracia. 41. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009. _____. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação) SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia da Educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.</p>

Unidade Curricular: Currículo e Educação Ambiental	CH 45h
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender as articulações entre currículo, cultura, identidade, enfocando a formação pedagógica e continuada dos sujeitos inseridos nos espaços de educação ambiental. • Identificar as práticas educativas de educação ambiental expressas nos currículos escolares. • Refletir sobre as teorias de currículo. 	
<p>Conteúdos: Teorias do currículo. Currículo prescrito e real. Currículo e cultura na construção de identidades e na constituição de práticas pedagógicas em educação ambiental. As articulações entre currículo, cultura, identidade. Educação ambiental na escola: currículo escolar; aspectos da aprendizagem, conteúdos, estratégias de ensino e processos de avaliação.</p>	
<p>Bibliografia: ALARCÃO, I. Formação continuada como instrumento de profissionalização docente. In: VEIGA, Ilma (org.). Caminhos da profissionalização do magistério. Campinas: Papirus, 1998, p. 99-122. CATANI, D.; BUENO, B.; SOUSA, C. Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997. PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1990. SILVA, T.T. (org.) O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. _____. (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. _____. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.</p>	

Unidade Curricular: Práticas Educativas em Educação Ambiental	CH 45h
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer processos de ensino, pesquisa e extensão de práticas pedagógicas em espaços educativos formais e não formais voltados à educação ambiental, almejando a construção de uma problemática para o projeto de pesquisa e/ou intervenção. • Realizar observações e/ou intervenções nos espaços educativos formais e/ou não formais voltados à educação ambiental. • Elaborar diário de campo como instrumento de registro e reflexão do processo de pesquisa. 	

<p>Conteúdos: Princípios da educação ambiental problematizadora. Teorias e práticas de educação ambiental no ensino formal e não formal. Fundamentos de educação ambiental em diversas abordagens: ecológica, filosófica e histórica. Sujeitos da aprendizagem em educação ambiental, na interação com criança, jovem, adulto e idoso dos espaços educativos formais e não formais.</p>
<p>Bibliografia:</p> <p>ANDRE, M. O papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores. Campinas, SP: Papirus, 2001. FAZENDA, I. (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2008. ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. Curitiba: Juruá, 2010. LUNA, S. V. de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.p. 13- 68. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 2007. MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. SZYMANSKI, H. (org.). A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. Brasília: Plano Editora, 2002. ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>Obs. Outras referências serão definidas de acordo com as temáticas escolhidas pelos estudantes e com os espaços de ensino, pesquisa e extensão de práticas educativas voltadas à educação ambiental visitadas.</p>

Unidade Curricular: Metodologia da pesquisa em Educação	CH 45h
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer pesquisas no campo da educação ambiental a partir de diferentes bases epistemológicas, com o propósito de elaborar o projeto de pesquisa e/ou intervenção. • Identificar diferentes tendências teóricas da educação e relacioná-las com concepções e práticas educativas voltadas para o meio ambiente. 	
<p>Conteúdos: Metodologias de Pesquisa (etnografia, estudo de caso, pesquisa-ação, história de vida e pesquisa documental). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 12 Instrumentos de pesquisa (diários de campo, questionários e entrevistas). Elaboração do projeto de pesquisa e/ou intervenção.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>ANDRE, M. O papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores. Campinas, SP: Papirus, 2001. FAZENDA, I. (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2008. ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. Curitiba: Juruá, 2010. LUNA, S. V. de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.p. 13- 68. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 2007. MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. SZYMANSKI, H. (org.). A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. Brasília: Plano Editora, 2002. ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>Obs. Outras referências serão definidas de acordo com as temáticas escolhidas pelos estudantes</p>	

Unidade Curricular: Ciência, Tecnologia, Ambiente e Política	CH 45h
<p>Objetivos:</p>	

- Identificar a relação entre o desenvolvimento científico-tecnológico e crise ambiental na contemporaneidade.
- Reconhecer sujeitos sociais e relações de poder atuantes em questões ambientais.
- Analisar políticas públicas de conservação da natureza e gestão ambiental.

Conteúdos:

O ciência, técnica e tecnologia e suas implicações econômicas, sociais e ambientais. Ciência, ambiente e risco: contradições do conceito de desenvolvimento. O ambiente como política: movimentos sociais e justiça ambiental. As políticas públicas ambientais no Brasil.

Bibliografia:

ACSELRAD, H. A Duração das Cidades. Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

ACLSERAD, H., MELLO, C. E BEZERRA, G. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

COLLINS, H.; e PINCH, T. O Golem à Solta - O que você deveria saber sobre tecnologia. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2009.

GORZ, A. Ecológica. São Paulo: Annablume, 2010.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C.W. A nova des-ordem mundial. São Paulo: UNESP, 2006.

LEITE LOPES, J. et alli. (org.). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio: Relume Dumará, 2004.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

ODUM, E. P. Fundamentos de Ecologia. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: 2001.

Componente Curricular: Educação, Meio Ambiente e Saúde

CH 45h

Objetivos:

- Analisar o processo saúde x doença na comunidade e no ambiente, visando redução de danos à saúde;
- Estimar as questões relativas ao meio ambiente em que vivemos, considerando seus elementos físicos e biológicos, além dos modos de interação do homem e da natureza, por meio do trabalho, da ciência e da tecnologia;
- Ter conhecimento sobre as principais doenças que afetam o homem relacionadas ao ar, à água, aos alimentos contaminados, as excretas humanas e resíduos sólidos, além de compreender os mecanismos de transmissão dos agentes causadores de doenças e as principais formas de prevenção;
- Conhecer os efeitos de poluentes provenientes de atividades antrópicas sobre os ecossistemas e a saúde dos seres vivos;
- Reconhecer o saneamento básico como requisito necessário à preservação e melhoria da saúde humana;
- Analisar as representações sociais e econômicas de consumidores, agricultores e empresários a respeito de alimentos e cultivos geneticamente modificados.

Conteúdos:

Ecologia: revisão dos principais conceitos;

Processo Saúde X Ambiente: fases das doenças, tipos de doenças, vetores e resíduos agroquímicos.

Poluição ambiental: Poluição do solo / Poluição da água / Poluição do ar / Poluição sonora.)

Saneamento Básico e Vigilância Sanitária

Abastecimento de água / Esgotamento Sanitário / Saneamento dos resíduos sólidos (lixo) /Destino final dos resíduos sólidos / Redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos.

Tópicos especiais em Ecologia: Efeito estufa / Destruição da camada de ozônio / Doenças endêmicas: o peso do fator genético e dos fatores ambientais em doenças típicas de determinadas regiões) /Transgênicos /Agrotóxicos /Agricultura sustentável /Pegada ecológica /Desenvolvimento e ética).

Bibliografia:

- AMABIS & MARTHO. Biologia. 3 volumes. São Paulo: Moderna, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros em ação - meio ambiente na escola: bibliografias e sites comentados. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2001
- BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Subsídios para Construção da Política Nacional de Saúde Ambiental. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.
- CAMARA, M. C. C., MARINHO, C. L. C., GUILAM, M. C. R., NODARI, R. O. Transgênicos: avaliação da possível (in)segurança alimentar através da produção científica. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, vol. 16, num. 3, p. 669-681, 2009.
- COURA, J.R. Dinâmica das Doenças Parasitárias. Rio de Janeiro: Gunabara Koogan, 2V. 2005.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. Manual de Saneamento. Brasília, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008. Rio de Janeiro, 2010.
- NEVES, D. P. Parasitologia médica. 11 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.
- NEVES, D. P. Parasitologia Humana. 11 ed. São Paulo: Atheneu, 2004.
- ODUM, E. P. Fundamentos de Ecologia. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- SATHIAKUMAR, N.; DELZELL, E. A review of epidemiologic studies of triazine herbicides and cancer. Critical Reviews in Toxicology [S.I.], v. 27, n. 6, p. 599-612, 1997.
- UZOGARA, S. The impact of genetic modification of human foods in the 21st century: A review. Biotechnology Advances, vol. 18, p. 179-206, 2000.

Unidade Curricular: Seminário para elaboração de TCC

CH 45h

Objetivos:

- Subsidiar a construção do trabalho de conclusão de curso.
- Oportunizar a socialização dos resultados de pesquisas e/ou intervenções realizadas.
- Orientar a apresentação do trabalho de curso perante banca examinadora.

Conteúdos:

Modalidades de TCC previstas no currículo
Organização e análise dos dados sob a luz do referencial teórico escolhido.
Discussão e problematização dos resultados obtidos.
Subsídios para a elaboração e apresentação dos artigos.

Bibliografia:

- BIANCHETTI, L. (org). Trama e texto: leitura crítica, escrita criativa. 2ª ed. São Paulo: Summus, 2002. p. 151-158.
- BIANCHETTI, L. & MACHADO, A. M. (orgs). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo/Florianópolis, 2002. P. 355-370.
- CORAZZA, S. Manual infame... mas útil para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação. In: FERRETTI, C. J. Acompanhando o processo de escrever de mestrandos e doutorandos: um depoimento. In: MARQUES, M. O. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. 4ª ed. Unijuí, 2001.
- RISTOFF, D. I. Quando o tamanho é documento: porque Johnny escreve mais que João? In: BIANCHETTI,

4.4 Atividades complementares

Não se aplica.

4.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem do estudante, regularmente matriculado no Curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase na Formação de Professores, dar-se-á de acordo com o prescrito no Regulamento Didático Pedagógico (RDP) do IFSC. Além da RDP, o embasamento legal das práticas de avaliação levará em consideração a Resolução CEPE/IFSC N° 48/2018, que “Estabelece Diretrizes de Funcionamento dos Programas de Pós-Graduação e Cursos *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IF-SC)”.

Considerando a autonomia que os referenciais legais citados transferem/confiam aos projetos pedagógicos de curso, em nosso projeto o parâmetro para a avaliação da aprendizagem terá como fundamento a concepção de avaliação formativa. Nessa perspectiva serão valorizados aspectos qualitativos do aproveitamento acadêmico, sem a prevalência dos aspectos quantitativos. Esse esforço de aliar as dimensões qualitativa e quantitativa do rendimento da aprendizagem é sempre um desafio, pois historicamente a avaliação foi excludente, atuando predominantemente na sua função classificatória. Já a concepção de avaliação formativa, que se quer adotar nas práticas deste curso, é incluída na medida em que proporciona uma efetiva aprendizagem dos sujeitos através do acompanhamento didático pedagógico. Para a avaliação ser formativa e inclusiva é preciso assegurar meios para que o estudante possa se desenvolver e realmente aprender. Esta forma de avaliação faz com que as modalidades de “avaliação diagnóstica, formativa e somativa” se integrem sem sobreposições ou privilégios (PEREIRA, 2011, p. 89).

No âmbito desta especialização busca-se um alcance de atuação junto a um público de estudantes inseridos em espaços educativos formais e não-formais, o que corrobora com a importância das vivências práticas de avaliação processuais e inclusivas em todo percurso de sua formação.

Na primeira aula de cada componente curricular, o professor apresentará aos estudantes o plano de ensino do referido componente com propostas de avaliações a serem discutidas e combinadas com a turma.

Os critérios de avaliação levarão em conta os objetivos que preconizam a oferta deste curso. Os instrumentos de avaliação serão utilizados de acordo com a natureza do componente curricular e com a proposta do plano de ensino. Sejam as avaliações realizadas presencialmente ou a distância, de maneira geral, elas poderão englobar trabalhos e atividades individuais e/ou em equipe, relatórios, diários de campo, portfólios, projetos de intervenção, produção de material didático, entre outras.

O registro mínimo de nota para aprovação em um componente curricular é 6,0 (seis), devendo ser registradas apenas notas finais em valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez) nos diários de classe, conforme estabelecido no RDP.

Para receber o certificado de conclusão do curso, o estudante deverá:

- Ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada componente curricular;
- Obter no mínimo média 6,0 (seis) em cada componentes curricular;
- Cumprir os requisitos de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) estabelecidos no item 4.6 deste PPC.

Nas situações em que a média final obtida for menor que 6,0 (seis), o estudante terá direito à recuperação. A atividade de recuperação deverá oportunizar o aprendizado, além do conceito final, e será realizada por método combinado entre o professor do referido componente curricular e os

estudantes. Terão direito às atividades de recuperação apenas os estudantes com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) no referido componente curricular. As atividades de recuperação não se aplicam ao TCC, regulamentado no item 4.6 deste PPC.

4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório dedicado à sistematização dos conhecimentos e das práticas desenvolvidas pelo estudante no decorrer do curso de pós-graduação. Estarão aptos a realizar TCCs estudantes que tenham cursado com êxito todos os componentes curriculares que lhe antecedem. Este componente curricular tem carga horária de 60h. Os TCCs deverão ser apresentados em um dos formatos previstos na Resolução 48/2018/CEPE, que são: monografia, artigo científico-tecnológico, relatórios de pesquisa de campo ou relatório de atividade de extensão. Os TCCs poderão ser realizados de maneira individual ou em dupla e serão orientados por um professor-orientador e, opcionalmente, poderão contar com até 2 professores coorientadores.

O TCC deve ser plenamente concluído no prazo de 6 meses corridos a partir do início do semestre letivo. A realização do TCC envolve: a) vinculação a um professor-orientador no momento da inscrição no componente curricular; b) entrega do TCC em formato digital aos membros de Comissão Examinadora, composta em conformidade com a resolução 48/2018/CEPE, e à coordenação do curso com pelo menos 45 dias de antecedência em relação ao prazo final; c) apresentação do TCC à Comissão Examinadora, e aprovação pela referida comissão; e d) entrega de um exemplar impresso e um exemplar digital da versão final do TCC à biblioteca do Câmpus São José.

Para fins de avaliação, os examinadores atribuirão conceitos numéricos inteiros de 0 (zero) a 10 (dez). Serão considerados aprovados pela Comissão Examinadora os TCCs com conceito igual ou superior a 6,0 (seis).

O prazo para apresentação do TCC poderá ser prorrogado mediante solicitação à Coordenação do Curso em formulário próprio a ser disponibilizado por esta, salvo em casos previstos pela legislação. A prorrogação deverá ser solicitada com pelo menos 45 dias de antecedência em relação ao prazo final. O período de prorrogação terá duração máxima de 6 meses. A solicitação de prorrogação será avaliada por uma comissão composta por três professores do curso.

4.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD)

Não se aplica

4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente

O aproveitamento das unidades curriculares cursadas anteriormente será realizado de acordo com a Resolução nº 41, de 20 de novembro de 2014, do IFSC, que relata em seus artigos:

Art. 32. A validação de componentes curriculares poderá ocorrer:

I - [...]

I - para o reconhecimento de estudos realizados em outro curso de mesmo nível ou superior em que obteve êxito, no IFSC ou em outra instituição;

II - para reconhecimento de saberes.

Art. 33. O requerimento de solicitação de validação será formalizado pelo estudante à Coordenadoria de Curso, no prazo estipulado no calendário acadêmico.

§ 1º A validação pelo reconhecimento de estudos será decidida pela Coordenadoria de Curso, mediante consulta ao professor do componente curricular, fundamentada no programa de ensino e no histórico escolar do estudante, o qual deverá conter: carga horária, aproveitamento e frequência de aprovação.

§ 2º Para a aceitação da validação, o programa do componente curricular cursado deverá contemplar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do componente a ser validado. Além disso, a carga horária do componente curricular cursado deverá corresponder a no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) do componente a ser validado.

§ 3º Para a validação pelo reconhecimento de saberes o estudante será analisado por uma comissão de pelo menos 2 (dois) professores do curso, mediante realização de atividade avaliativa.

§ 4º Para os casos em que o estudante estiver matriculado no componente curricular que houver solicitado a validação, deverá frequentar as aulas até a divulgação do resultado.

§ 5º A Coordenadoria de Curso poderá solicitar documentação complementar ao solicitante.

§ 6º No caso de deferimento, o resultado será registrado no sistema acadêmico fazendo parte dos documentos oficiais do estudante.

§ 7º Para os casos em que o estudante estiver matriculado no componente curricular compete à Coordenadoria de Curso emitir parecer final do processo de validação em até 15 (quinze) dias após a data final para solicitação de validação prevista no calendário acadêmico.

§ 8º Para os casos em que o estudante não esteja matriculado no componente curricular o prazo para a Coordenadoria de Curso emitir o parecer final é o último dia do semestre letivo em curso.

Art. 34. A validação poderá ser solicitada apenas para componente curricular que o estudante se encontra apto a cursar atendendo aos pré-requisitos previstos no PPC.

§ 1º Em curso em implantação apenas componente curricular de fase já implantada poderá ser validado.

§ 2º A validação de componentes curriculares pode ser solicitada uma única vez durante o período letivo.

4.9 Incentivo à pesquisa, à extensão e à produção científica e tecnológica

Entende-se que a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, está posta como uma política do estado brasileiro para as instituições educacionais que trabalham a educação em seus vários níveis e modalidades. As atividades de ensino, pesquisa e extensão devem ser interligadas e voltadas às necessidades da comunidade em que está inserida a Instituição.

A pesquisa, entendida como uma atividade indissociável do ensino e da extensão, visa à ampliação do conhecimento, através de uma construção coletiva de novos saberes.

Este projeto, na forma de oferta de Curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores, baseia-se na construção de uma relação entre ensino, pesquisa e extensão, na intenção de preparar o estudante para que se torne capaz de fazer intervenções na sociedade relacionadas a sua área de atuação profissional.

O artigo 6º da Lei nº 11892 define algumas possibilidades de concretização da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Entre elas, destacam-se:

- o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- o vínculo entre a oferta formativa e a consolidação e fortalecimento dos arranjos
- produtivos, sociais e culturais locais;
- o estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
- o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- a realização de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- a promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais.

5 CORPO DOCENTE

5.1 Coordenador do Curso

O Curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase na formação de professores será coordenado pelo Professor Dr. Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim. As atribuições do Coordenador do Curso estão previstas no Artigo 12 do Capítulo 3 da Resolução CEPE/IFSC/48/2018.

Nome: Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim

Email: geopaulo@ifsc.edu.br Telefone: (48) 3381-2870

Formação acadêmica:

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo

Regime de trabalho: 40h com dedicação exclusiva

5.2 Corpo Docente

Em conformidade à Resolução CEPE/IFSC nº 48/2018, o corpo docente do curso será formado por professores com titulação mínima de especialização, sendo que, pelo menos, 50% deverão apresentar titulação de mestre ou doutor, obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme estabelece a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.

A seleção dos docentes que ministrarão as unidades curriculares será por intermédio de convite ao profissional do IFSC/Câmpus São José e que levará em conta alguns critérios:

- dispor de horário específico de permanência para atendimento ao estudante;
- apresentar disponibilidade para se dedicar, ao cumprimento das tarefas que compõem suas atividades;
- demonstrar possuir os conhecimentos necessários às funções que desempenhará;

No caso de não preenchimento da totalidade das vagas, selecionar-se-ão profissionais de outras instituições de ensino ou ainda estudantes de programas de pós-graduação *stricto sensu*, conforme legislação em vigor.

Tabela 2: Corpo Docente do Curso

NOME	CARGA HORÁRIA	TITULAÇÃO MÁXIMA
Alexandre Sarda Vieira	D. E.	Doutorado
Alexandro Andrade	20 horas	Doutorado
Ana Carolina Bordini Brabo Caridá	D. E.	Mestrado
Ana Paula Pruner de Siqueira	D. E.	Mestrado
Deise Juliane Mazera	D. E.	Doutorado
Elenira Oliveira Vilela	D. E.	Mestrado
Felipe Silveira de Souza	D. E.	Doutorado
Fernando Gonçalves Bitencourt	D. E.	Doutorado
Flavia Maia Moreira	D. E.	Pós-Doutorado
Gustavo Gaciba da Silva	D. E.	Mestrado
Humberto Luz Oliveira	D. E.	Doutorado
João Carlos Bez Batti	D. E.	Mestrado
Joce Mary Mello Giotto	D. E.	Mestrado
Julie Cristiane Teixeira Davet	D. E.	Mestrado
Leone Carmo Garcia	D. E.	Doutorado
Luciana Gelsleuchter Lohn	D. E.	Doutorado
Madeline Odete Silva Correa	D. E.	Mestrado
Manuel Sebastian Rebollo Couto	D. E.	Doutorado
Marcelo Girardi Schappo	D. E.	Doutorado
Maria Teresa Collares	D. E.	Doutorado
Maria Teresa Collares	D. E.	Doutorado
Paula Alves de Aguiar	D. E.	Doutorado
Paulo Henrique Oliveira P. Amorim	D. E.	Doutorado
Sandra Albuquerque Reis Fachinello	D. E.	Mestrado
Talles Viana Demos	D. E.	Mestrado
Vinicius Jacques	D. E.	Mestrado
Volmir Von Dentz	D. E.	Doutorado

5.3 Colegiado do Curso

O colegiado será composto por:

- Coordenador do curso
- 3 servidores do corpo docente do curso
- 2 servidores técnicos administrativos, sendo pelo menos um da área pedagógica
- 1 discente.

O colegiado do curso será composto por eleição e se reunirá semestralmente de maneira ordinária ou a qualquer tempo em sessões extraordinárias para avaliação do andamento das atividades do curso e deliberações que forem encaminhadas a essa instância.

6 INFRAESTRUTURA FÍSICA

6.1 Instalações gerais e equipamentos

A instituição oferece as dependências necessárias para a implementação do curso proposto (Tabela 3).

Tabela 3: Infra-estrutura do IFSC - Câmpus São José.

Dependências	Quantidade	m² (cada)
Sala de Direção	1	70
Salas da Coordenação	1	10
Sala de Professores	2	
Salas de Aula	15	55,8
Sanitários	5	7,92
Sanitário Adaptado para Cadeirantes	2	
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	1	144
Praça de Alimentação	1	191
Secretaria	1	20
Auditório	1	200
Mini Auditório	1	80
Setor de Áudio Visual	1	15
Biblioteca	1	210
Sala de Reuniões	1	
Sala de Videoconferência	1	
Laboratório Interativo	1	55,8
Laboratório de Informática para os Estudantes	1	
Sala de Cultura	1	

6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD)

Não se aplica.

6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)

Não se aplica.

6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD)

Não se aplica.

6.5 Biblioteca

A Biblioteca do Câmpus São José possui um acervo que contempla as referências bibliográficas das ementas das unidades curriculares dos cursos integrado, subsequente e dos cursos superiores já existentes, atendendo as exigências do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES/MEC). Para a implementação deste curso, a aquisição de outras bibliografias se fará necessária, visto que nenhum curso atualmente oferecido no câmpus é voltado especificamente para a área de educação ambiental.

O acervo da biblioteca inclui livros, periódicos, monografias, CD-ROM's e DVD's. O acervo de livros é composto por: acervo geral, que corresponde às referências bibliográficas do projeto pedagógico do curso, bem como livros de literatura brasileira e estrangeira, material de referência, que corresponde aos dicionários, enciclopédias, atlas, além de mapas que compõe o acervo cartográfico.

A biblioteca está localizada no segundo piso da instituição, contando com uma área de 210 m². O espaço físico dispõe de 02 salas técnicas, 06 cabines de estudo individual e 40 lugares de estudo coletivo. Os 03 computadores disponíveis estão destinados a pesquisa e também é possível o acesso a rede sem fio (wireless).

A Biblioteca utiliza o software Sophia Biblioteca do fabricante Prima Informática, para gerenciamento de seus processos. O Sistema é composto por três módulos:

- Módulo Gerenciamento: cadastro de livros, periódicos, usuários, controle de empréstimo/circulação, impressão de relatórios e dados estatísticos, entre outros;
- Módulo Aquisição: seleção, cotação e aquisição de materiais;
- Módulo Web: permite aos usuários serviços como busca, reserva, renovação e sugestão de novas aquisições através da página <http://biblioteca.ifsc.edu.br>.

Além destes citados, a biblioteca oferece: consulta local ao acervo, empréstimo domiciliar, normalização bibliográfica, catalogação na fonte, divulgação de novas aquisições, atividades artísticas/culturais, visita orientada, consulta a bases de dados com orientação ao usuário para acesso e uso do portal CAPES, que disponibiliza para o IFSC, aproximadamente 170 bases de dados com artigos científicos de textos completos de diversas áreas do conhecimento.

A biblioteca do Câmpus São José funciona de segunda a sexta-feira das 7h30min às 21h.

7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

7.1 Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso será o órgão responsável por articular, anualmente, a análise do projeto pedagógico de curso e sua adequação às demandas apresentadas pelos discentes, docentes e técnico-administrativos.

Para tanto, haverá pelo menos uma reunião pedagógica, convocada pelo coordenador de curso, com o objetivo de analisar a relação entre o projeto pedagógico do curso e: (1) a efetivação dos objetivos gerais e específicos delineados; (2) o atendimento ao público-alvo do curso e o perfil do egresso; (3) a relevância das unidades curriculares e pertinência das ementas; (4) a afinidade do corpo docente com as unidades curriculares ministradas.

A primeira avaliação do curso deverá ocorrer após a conclusão da primeira turma.

8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO

Resolução CC/SJ nº 10 de 25 de agosto de 2016 – Resolução do Colegiado do Câmpus São José que aprova a autorização para criação do curso.

Resolução CEPE/IFSC nº 68 de 02 dezembro de 2016 - Aprova a criação e oferta de vagas de Pós Graduação Lato Sensu – Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores no IFSC.

9 REFERÊNCIAS

BOFF, L. **Cuidar da terra, proteger a vida: como evitar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 de Abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. 2007.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008.

GALLO, S. Transversalidade e Educação: pensando uma educação não-disciplinar. In ALVES, N. (org). **O Sentido da Escola**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento: entropia, ecologia, economia**; São Paulo: Senac, 2012.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. 270 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

IFSC. Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007**. Estabelece normas de Funcionamento dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de especialização. Florianópolis, 2007.

_____. Colegiado Conselho Superior do Instituto Federal de Educação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Resolução nº 41, de 20 de novembro de 2014**. Aprova o Regulamento Didático Pedagógico do Instituto Federal de Educação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. (IFSC). Florianópolis, 2014.

_____. **Resolução CEPE/IFSC nº 48, de 12 de junho de 2018, alterada pela resolução CEPE/IFSC Nº 52 de 16 de julho de 2021** - estabelece diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 239 p.

PEREIRA, G. A. et al. **Planejamento e avaliação educacional e Institucional**. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D. As teorias da Educação e o Problema da Marginalidade. In: [Escola e Democracia](#). 42 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012. p. 3-34.